

Orçamento indexado divide o Congresso

ESTADO DE SÃO PAULO

* 8 DE 7 1990

PMDB e PFL são contra indexação, mas os partidários de Lula querem aprová-la

ARMANDO MENDES

BRASÍLIA — Mais uma disputa política em torno do Orçamento Geral da União para 90 está armada e pronta para explodir na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, opondo parlamentares que querem manter nas mãos do Congresso o controle dos gastos do futuro governo e as bancadas que apoiam o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

A polêmica é sobre a indexação dos valores do OGU-90, proposta pelo governo no artigo 5º do projeto de lei que mandou ao Congresso. De um lado, deputados e senadores do PMDB e PFL querem derrubar a indexação, embora em tese apoiem o governo que a propõe. De outro lado, PT, PDT e PSDB se prepararam para lutar pela indexação, proposta pelo governo ao qual fazem oposição — mais um dos paradoxos desse final de mandato.

A questão é política. Se a indexação for aprovada, todas as dotações orçamentárias sofre-

riam uma "correção monetária" mensal, por um índice batizado de Unidade de Referência Orçamentária (URO), que preservaria mais de 90% do valor real de cada dotação. Mas se ela for derrubada, o orçamento passa a ter apenas valores nominais, que numa inflação de mais de 40% ao mês estariam completamente corroídos em dois meses.

Nesse caso, o governo teria de pedir constantes suplementações de orçamento ao Congresso, abrindo a possibilidade de emendas e modificações para atender ao interesse dos parlamentares. Daí o interesse do PMDB e do PFL em derrubar a indexação, acusam os opositores.

"Eles querem que o futuro governo, qualquer que seja, venha comer na mão do Congresso", acusa um parlamentar que defende a indexação. "É um sistema muito mais racional, que evita esse festival de créditos adicionais que está acontecendo." O orçamento de 89 não é indexado — o governo chegou a propor um mecanismo, no projeto, mas o Congresso não aceitou. Os primeiros ataques ao artigo 5º foram feitos nesta semana pelos deputados João Carlos Bacelar (PMDB-BA) e João Alves (PFL-BA).